

Termino nossa fala, mais uma vez, batendo na mesma tecla: vamos aprovar o Toque de Acolher para tirar os adolescentes das ruas e colocá-los em entidades assistenciais ou levando-os para o seio da família. Temos de unir forças e este deputado conta com V. Exa., Sr. Presidente, para ajudar o nosso presidente da República Michel Temer a governar bem este País.

* * *

- Assume a Presidência o Sr. Jooji Hato.

* * *

O SR. PRESIDENTE - JOOJI HATO - PMDB - Tem a palavra o nobre deputado Carlos Giannazi.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, há pouco eu falava sobre a contrarreforma autoritária do governo Temer do ensino médio, que foi apresentada através de uma medida provisória, um ato institucional contra a Educação brasileira.

Vossa Excelência defende o presidente Temer, que é do seu partido, logicamente, do PMDB, mas nós não temos nenhuma ilusão com o governo Temer. Vossa Excelência disse que o presidente anunciou a não retirada de Educação Física. Mas então S. Exa. tem que retirar a Medida Provisória nº 746, porque na Medida Provisória que S. Exa. protocolou na Câmara dos Deputados está a não obrigatoriedade da Educação Física, de Artes, em seu primeiro artigo. Então, o presidente fala uma coisa, mas o texto diz outra, totalmente diferente. Se é verdade, realmente, que não haverá a extinção de Educação Física e de Artes do currículo escolar do ensino médio, S. Exa. tem que retirar a proposta. Mas o presidente ainda não fez isso.

Não tenho nenhuma ilusão, acho que muita gente não tem ilusão em relação ao governo Temer, e não é nada pessoal. Acontece que todas as medidas tomadas até agora, e os anúncios feitos até agora pelo governo, são no sentido de fazer o ajuste fiscal, de fazer a retirada de direitos trabalhistas, sociais e previdenciários da população. A PEC 241 que o presidente já protocolou também no Congresso Nacional, a Proposta de Emenda à Constituição Federal, congela os investimentos por 20 anos na área da Educação, da Saúde, da Assistência Social, da Ciência e da Tecnologia, da Segurança pública, da Cultura, do Lazer, de investimento para a juventude.

Isso é um ataque frontal ao povo brasileiro. Então, não haverá dinheiro para a Educação pública se a PEC 241 for aprovada. Há o PLP 257, que congela o salário dos servidores estaduais, sobretudo dos professores, dos médicos, dos policiais civis e militares. Temos ainda a famosa reforma da Previdência, que deve ser encaminhada nos próximos dias, que vai dificultar o acesso dos trabalhadores à aposentadoria. E é um projeto contra as mulheres trabalhadoras, porque iguala a aposentadoria de homens e mulheres, desconsiderando a singularidade do trabalho da mulher, a mulher que cumpre dupla jornada de trabalho, que tem a questão da maternidade. Tudo isso é desconsiderado pelo governo Temer quando S. Exa. apresenta essa proposta de reforma da Previdência.

Temos a DRU, que já foi aprovada, a desvinculação das receitas da União. E quero fazer aqui justiça e ser coerente, porque a DRU não é do Temer, é da Dilma, mas o Temer aprovou esse projeto nefasto que faz parte do ajuste fiscal e que é uma proposta que sequestra também 30% dos orçamentos da Saúde, da Educação e da Previdência Social. E o PLP 257 também é do governo Dilma. Foi a Dilma que protocolou, contra os trabalhadores, contra os professores e contra os médicos.

O fato é que, se nós tínhamos um governo indefensável, que era o governo Dilma, nós temos um outro governo, pior ainda, esse governo Temer, que é um governo que vem do submundo da política, que vem do crime. Vários integrantes desse governo estão já citados na operação Lava Jato, ministros, ex-ministros.

Portanto, Sr. Presidente, não temos nenhuma ilusão. Temer vem do submundo da política, dos porões da política brasileira, um homem de negócios. Por isso, não temos nenhuma ilusão.

E sem contar, logicamente, da reforma trabalhista que ele está anunciando. O ministro do Trabalho anunciou que pretende enviar uma reforma trabalhista, obrigando os trabalhadores brasileiros a trabalharem 12 horas por dia.

Existe o Projeto 4330 tramitando no Congresso Nacional, que o governo pede para acelerar. É o projeto das terceirizações, enfim, todas as medidas tomadas pelo governo Temer são contra os trabalhadores e contra o povo brasileiro. São medidas apenas para beneficiar os rentistas e especuladores da dívida pública, dos grandes bancos nacionais e internacionais, e de quem investe no sistema financeiro. Esse é um governo voltado para esse setor.

Por isso, não temos nenhuma ilusão, e faremos oposição a todas essas reformas contra a população brasileira.

O SR. PRESIDENTE - JOOJI HATO - PMDB - Tem a palavra o nobre deputado Carlos Giannazi.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Só para concluir, Sr. Presidente, um tema que não posso deixar de registrar hoje aqui, após falar da contrarreforma do ensino médio, é que protocolamos uma indicação, que será publicada no Diário Oficial do Poder Legislativo, endereçada ao Tribunal de Justiça, solicitando ao presidente que encaminhe para a Assembleia Legislativa um projeto de lei para que possamos criar, também no Tribunal de Justiça, o nível universitário aos servidores escreventes técnicos judiciários.

Aprovamos no ano passado uma lei criando o nível universitário para todos os oficiais de Justiça. A lei foi aprovada, mas queremos também aprovar o mesmo benefício para todos os escreventes técnicos, que têm o mesmo direito, porque esses servidores estão também, há muitos anos, com os salários arcaicos e defasados. A aprovação dessa proposta daria um certo alento, uma espécie de compensação por todo esse arrocho e quase confisco salarial dos servidores do Tribunal de Justiça.

Encaminhamos esse pedido. Eu gostaria até de apresentar o projeto, mas ele teria vício de iniciativa, porque não cabe à Assembleia Legislativa apresentar esse projeto; tem que ser uma iniciativa do presidente do Tribunal de Justiça. Ele é que tem que enviar o projeto de lei para a Assembleia Legislativa.

Digo isso porque estou aqui falando em nome de milhares e milhares de escreventes técnicos do Judiciário, que estão fazendo essa reivindicação no nosso gabinete, nas nossas conversas. Nós aprovamos a Lei Complementar 1273/2015, que criou, exatamente, o nível universitário para os oficiais de Justiça. E queremos garantir a isonomia.

Um servidor que é escrevente, é importante que ele tenha nível universitário. É fundamental isso. Não sei como não foi criado, ainda, anteriormente.

Portanto, estamos fazendo essa solicitação ao presidente do Tribunal de Justiça, para que ele encaminhe para a Assembleia Legislativa esse projeto de lei, que nós teremos toda a disposição de votar o projeto, em caráter de extrema urgência.

Mais uma vez, quero cobrar do governador Geraldo Alckmin o cumprimento da data-base salarial dos servidores, para os professores, para os servidores da Saúde, para os servidores da Segurança pública, do sistema prisional, o cumprimento da Lei nº 12391/06.

O governador Geraldo Alckmin está afrontando a legislação aprovada aqui na Assembleia Legislativa. Sua Excelência está afrontando o Art. 37, da Constituição Federal, que obriga os três entes federativos a conceder, pelo menos, a reposição das perdas inflacionárias.

Aproveito aqui para cobrar o governador Geraldo Alckmin, para que suspenda os seguintes decretos: o Decreto nº 161132, que proíbe os reajustes salariais dos nossos servidores, e também que suspenda os efeitos do Decreto nº 61466, que proíbe a chamada dos aprovados nos concursos públicos, principalmente na área de Educação.

Na área de Educação, nós carecemos de milhares de professores na rede estadual, e ao mesmo tempo temos pessoas que foram aprovadas nos concursos de PEB II, de várias disciplinas, que não são chamadas por conta do congelamento no estado de São Paulo.

O governador congelou os concursos públicos, congelou os salários e nós não temos pessoas sendo chamadas para ocupar essas vagas que estão totalmente desprovidas de profissionais. Então, na rede estadual, nós temos a seguinte situação: em muitas escolas, nós não temos professores, os alunos estão sem as aulas e em muitas delas nós estamos com professores que já foram aprovados nesses concursos, mas não foram chamados; eles estão contratados pela Lei nº 1093, que são os chamados professores categoria "O", que são vítimas da duzentena, que são vítimas de um contrato extremamente precarizado e danoso.

Portanto, temos que chamar os professores, os oficiais administrativos da Secretaria da Educação, e os servidores do Tribunal de Justiça, também. Nós temos lá vários escreventes que foram aprovados, mas não foram chamados porque o Tribunal de Justiça diz que depende de uma suplementação orçamentária.

Temos também tramitando aqui na Assembleia Legislativa projetos de lei sobre o reajuste dos servidores da defensoria pública, do Ministério Público porque o governador não faz suplementação orçamentária para fazer o reajuste salarial de todas essas categorias.

O nosso mandato já tomou as providências. Já protocolei dois PDLs aqui, para revogar tanto o Decreto nº 61132, como o Decreto nº 61466. Para isso eu apresentei o Projeto de Decreto Legislativo nº 4, e apresentei também o Projeto de Decreto Legislativo nº 11/2015, para anular o Decreto nº 61466, que suspendeu a chamada dos aprovados nos concursos públicos do Estado, e também das estatais, da Sabesp, no Metrô, enfim, várias secretarias. Na Polícia Militar, por exemplo, nós tivemos a aprovação de cinco mil pessoas para o cargo de oficial administrativo, mas as pessoas não foram chamadas também, Sr. Presidente.

Por isso eu quero continuar cobrando do Sr. Governador, e denunciando que ele está cometendo um crime contra o estado de São Paulo, prejudicando a prestação de serviços públicos para a população que é usuária desses serviços.

A população está sendo prejudicada porque não tem funcionários para atendê-la. Faltam servidores nas escolas, nos hospitais, muitas delegacias de Polícia estão fechando à noite e nos finais de semana por falta de funcionário. Teve concurso para delegado de Polícia, para investigador, para Polícia técnico-científica e o governador não faz a chamada porque está fazendo o ajuste fiscal contra a população do estado de São Paulo e contra os nossos servidores. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Sr. Presidente, não havendo mais nenhum orador inscrito e havendo acordo entre as lideranças, eu solicito o levantamento da presente sessão.

O SR. PRESIDENTE - JOOJI HATO - PMDB - É regimental o pedido de Vossa Excelência. Sras. Deputadas e Srs. Deputados, havendo acordo de lideranças, esta Presidência, antes de dar por levantados os trabalhos, convoca V. Exas. para a sessão ordinária de amanhã, à hora regimental, com a mesma Ordem do Dia de hoje. Está levantada a presente sessão.

* * *

- Levante-se a sessão às 15 horas e 14 minutos.

* * *

28 DE SETEMBRO DE 2016 137ª SESSÃO ORDINÁRIA

Presidentes: JOOJI HATO e CORONEL CAMILO
Secretário: CORONEL TELHADA

RESUMO

PEQUENO EXPEDIENTE

1 - JOOJI HATO

Assume a Presidência e abre a sessão. Anuncia a visita dos alunos do Colégio Santa Amália, da cidade de São Paulo, acompanhados dos professores Marco Aurélio, Janaina Barros e Mariana Esteves, a convite do deputado Carlos Giannazi. Discorre sobre a violência do bairro da Saúde, onde está localizado o Colégio Santa Amália.

2 - CARLOS GIANNAZI

Saúda os alunos presentes. Demonstra sua preocupação com o projeto de reforma da Previdência, que seria encaminhado ao Congresso Nacional antes das eleições municipais. Diz temer que o projeto seja tão prejudicial à população que o Governo não quis apresentar antes para não atrapalhar os candidatos da base governista. Afirma que a Previdência não está quebrada, mas sim superavitária, o que já foi demonstrado em diversos estudos. Ressalta que as mulheres serão as mais prejudicadas. Menciona que também acabará a aposentadoria especial dos professores. Discorre sobre a PEC que congelará os gastos públicos por 20 anos e o projeto que acabará com os benefícios dos servidores públicos.

3 - CORONEL TELHADA

Comunica a morte de mais um policial militar, ocorrida dia 27/09, em Piracicaba. Relata como foi morto o policial. Informa que este ano foram assassinados 34 policiais. Crítica o descaso das autoridades e a falta de apoio do governo estadual. Considera que as leis atuais valorizam o crime. Destaca que a Polícia Militar precisa ser valorizada. Pede o apoio dos deputados desta Casa para tornar o Estado mais seguro.

4 - CORONEL CAMILO

Saúda os alunos presentes nas galerias. Discorre sobre a anulação dos julgamentos que condenaram 74 policiais militares no caso do massacre do Carandiru. Exibe vídeo de Drauzio Varella sobre o caso. Afirma que esteve presente no local, acompanhando do lado de fora. Descreve a situação do Carandiru no dia do massacre. Afirma que os policiais entraram para proteger a sociedade e que estavam lá para cumprir o seu dever legal. Parabeniza o Tribunal de Justiça pela decisão. Ressalta que o aumento da violência deve-se a impunidade, à falta de amparo aos policiais e às leis fracas. Exibe foto do PM morto.

5 - CORONEL CAMILO

Assume a Presidência.

6 - JOOJI HATO

Lamenta a morte do cabo André morto durante tiroteio com bandidos. Ressalta a necessidade de instalação de câmeras de segurança nas ruas para elucidar os crimes, assim como blitze do desarmamento. Menciona projeto de diminuição de impostos sobre tudo o que ajuda na busca da elucidação de crimes e da qualidade de vida, como câmeras de segurança, detector de metais, entre outros. Afirma que o Governo sancionou a lei, mas ainda não regulamentou. Discorre sobre o massacre do Carandiru. Defende o governo de Michel Temer.

Autoridade Certificadora Imprensa Oficial informa

Novas cadeias de certificação digital

Estão disponíveis para serem instaladas as novas cadeias de certificação digital da Autoridade Certificadora Imprensa Oficial SP RFB G4 e Autoridade Certificadora Imprensa Oficial SP G4.

Informamos que os certificados emitidos a partir de 23 de fevereiro de 2015 serão reconhecidos por estas cadeias.

A ação é necessária porque a Autoridade Certificadora Imprensa Oficial está mudando a sua plataforma tecnológica. Mais eficiência, agilidade, segurança e qualidade na prestação de serviços serão os benefícios obtidos com a mudança.

As novas cadeias de certificação digital estão disponíveis no site da Imprensa Oficial (www.imprensaoficial.com.br), no item Certificação Digital | Suporte.

Mais informações:

SAC: 0800 01234 01 ou no site da Imprensa Oficial (www.imprensaoficial.com.br) no link Fale Conosco



Imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

GOVERNO DO ESTADO
SÃO PAULO